



# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.P. 16/AGO/2018 13:59 000006330

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Voto** ao Projeto de Lei Complementar nº 010, de 12 de julho de 2018, do Poder Executivo, que acresce o inciso XLVIII ao artigo 1º da Lei nº 930, de 30/10/1995, com as modificações dadas pela Lei Complementar nº 254, de 19 de maio de 2017, e pela Lei Complementar nº 269, de 29 de junho de 2018, e dá outras providências.

#### I – Relatório

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe que seja acrescido o inciso XLVIII ao artigo 1º da Lei nº 930/1995, a fim de alterar as ruas que compõem a Zona Comercial da cidade, para efeito de estabelecimento de comércio varejista.

Segundo a mensagem do referido projeto, tal proposição faz-se necessária em razão do acentuado crescimento urbano assistido nos últimos anos no Município, a fim de incentivar o acesso e o crescimento da atividade empresarial local sem comprometer a harmonia urbanística e o sossego público.

A mensagem do projeto foi lida no expediente da sessão ordinária do dia 08 de agosto de 2018.

#### II – Análise

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e dos artigos 1º e 2º, VI, “c”, da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), no que tange à iniciativa legislativa exclusiva do Poder Executivo quanto à função de regulação e execução da política urbana para fins de ordenação, controle e adequação da infraestrutura urbana.

Quanto ao mérito, destaca-se que a inclusão de rua na Zona Comercial visa assegurar a execução da política urbana com base na ordem pública e no interesse social de regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos munícipes e visitantes em geral, conforme disposição contida no artigo 1º, parágrafo único, do Estatuto da Cidade.

Ademais, a redefinição da Zona Comercial municipal para fins de fomento e regularização da atividade comercial observa a competência dos Municípios de legislar sobre assuntos de interesse local e de promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, nos termos do artigo 30, I e VIII, da Constituição Federal de 1988.

Por fim, observa-se que o projeto em tela não apresenta qualquer incongruência lógica, gramatical ou textual.

#### III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional, legal e jurídica, e de boa técnica legislativa; no mérito, também deve ser acolhido.

RUA SETE DE SETEMBRO, 999 - CENTRO - CEP 14850-000 - PRADÓPOLIS - SP

FONE/FAX: (16) 3981-9100 - [camara@camarapradopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarapradopolis.sp.gov.br)

[www.camarapradopolis.sp.gov.br](http://www.camarapradopolis.sp.gov.br)



# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Voto, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2018.

*[Handwritten signature]*  
**"PELAS  
CONCLUSÕES"**

*[Handwritten signature]*  
**DANIEL DE SOUZA SILVA**  
Relator

*[Handwritten signature]*  
**"PELAS  
CONCLUSÕES"**





# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.P. 20/AGO/2018 16:43 000006346

### RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

#### Parecer da Comissão de Justiça e Redação

Nº 033/2018

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 20 de agosto de 2018, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 010, de 12 de julho de 2018.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2017.

  
DANIEL DE SOUZA SILVA

Presidente da Comissão

  
FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente

  
NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

